

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República

Em virtude de termos vindo a constatar que o Governo não responde a grande parte das perguntas endereçadas no prazo regimental de trinta dias, o Bloco de Esquerda procede ao quinto envio desta pergunta, cujo prazo de resposta se encontra ultrapassado.

No dia 31 de dezembro de 2012 o Ministério das Finanças comunicou ao regulador do mercado de capitais, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, o compromisso de participar numa operação de recapitalização da instituição financeira Banif.

De acordo com o documento publicado, o Estado irá assumir um risco de 1.100 milhões de euros na instituição financeira privada, através de uma injeção de capital no montante de 700 milhões de euros e da subscrição de instrumentos elegíveis para capital Core Tier 1, a serem emitidos pelo Banif.

O sucesso da operação está ainda dependente de um aumento de capital a ser efetuado pelos acionistas privados, num total de 450 milhões de euros, que deverá ocorrer até ao final do primeiro semestre de 2013.

A deterioração das contas do Banif nos últimos anos é evidente. Nos primeiros nove meses do ano, de acordo com o relatório e contas, o Banif registou imparidades de 200 milhões de euros, um agravamento de 43,3% em comparação com o mesmo período de 2011. Em 2011 o Banif registou imparidade de crédito líquida no valor de 245,8 milhões de euros e de 165,5 milhões de euros em 2010. Os resultados dos primeiros nove meses deste ano são alarmantes, devido ao prejuízo de 254,5 milhões de euros. A tendência de quebra é clara, depois de em 2011 o banco ter perdido 86,6 milhões de euros.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda, estes dados levantam uma redobrada preocupação. Esta operação é passível de acarretar riscos futuros que terão de ser suportados pelos contribuintes.

A fatura paga pelos cidadãos portugueses com o BPN continua a crescer e ainda hoje não se sabe ao certo quanto dinheiro os cidadãos irão perder. Na altura o Governo estimava perdas potenciais de 700 milhões de euros. Hoje em dia os portugueses já assumiram perdas de 2.800 milhões de euros e a fatura pode chegar aos 6.100 milhões de euros.

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda acha imprescindível efetuar-se uma análise à carteira de crédito detida pelo Banif para se estimar o risco da operação com a qual o Estado se está a comprometer, antes de esta ser concretizada.

Por outro lado, o Ministério das Finanças justifica esta ajuda com um compromisso por parte do Banif de garantia de concessão de crédito à economia. Tal não pode passar de uma mera declaração de interesses, tendo em conta os montantes envolvidos e os riscos a serem assumidos pelos portugueses.

O crédito cedido a sociedades financeiras privadas por bancos residentes está em queda desde junho de 2011 e em outubro de 2012 caiu 5,5%, de acordo com os dados do Banco de Portugal. O dinheiro entregue em operações semelhantes ao BCP e ao BPI não se refletiu em mais liquidez no sistema. Pelo contrário, a situação agrava-se e são cada vez mais as empresas que se queixam de dificuldades de acesso ao crédito e do aumento das taxas praticadas pelos bancos, segundo o último inquérito da Associação Industrial Portuguesa.

Para o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda é essencial garantir que o dinheiro dos contribuintes utilizado na ajuda aos bancos se repercute em maior liquidez na economia, nomeadamente no aumento e na facilitação do financiamento das empresas, especialmente das pequenas e médias empresas.

Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio solicitar ao Governo, através do Ministério do Estado e das Finanças, os seguintes documentos:

1. Todos os documentos relativos a análises e estudos sobre a carteira de crédito do Banif.
2. Todos os documentos que garantam que os 1.100 milhões de euros de ajuda do Estado ao Banif serão utilizados no aumento da liquidez à economia portuguesa.

Palácio de São Bento, segunda-feira, 1 de Julho de 2013

Deputado(a)s

ANA DRAGO(BE)

PEDRO FILIPE SOARES(BE)